

O justo pelo pagador

CPI-Orçamento

DÉRCIO KNOP

Os escândalos que abalam os alicerces do Congresso Nacional, e por via direta a democracia brasileira em função das denúncias contra o chamado Grupo dos Sete Anões e seus parceiros, acabam respingando em todos os parlamentares. Já surgem propostas querendo acabar com o direito dos parlamentares de apresentarem emendas ao Orçamento e algumas até propondo o fim da Comissão Mista de Orçamento.

As duas são no mínimo estranhas e somente servem para acrescentar mais cenas ao espetáculo de mídia que se criou em torno do assunto e da CPI do Orçamento. Não se pode punir todos os parlamentares por obra e culpa de não mais que 5% do Congresso. Não foram todos os deputados e senadores que se locupletaram das verbas oriundas do Orçamento da União ou ainda das chamadas Emendas de Subvenção.

As emendas de parlamentares devem continuar existindo, enquanto que as de subvenção devem ser eliminadas definitivamente do Or-



27 NOV 1993

JORNAL DE BRASILIA

camento da União. os parlamentares conseguiram, com a Constituição de 88, ter efetiva participação na confecção do Orçamento, o que antes era direito exclusivo do Executivo. Naturalmente que o Congresso não conseguiu desenvolver meios de controlar a ganância de alguns poucos que se acharam "donos" da Comissão e a manobram com as intenções mais imorais.

A sociedade deve ter maior participação na confecção do Orça-

mento público como já acontece em alguns municípios do País. No conjunto, deputados, senadores e sociedade civil, poderá se obter avanços e uma constante fiscalização da aplicação do dinheiro público. O Executivo, em todos os seus ministérios, deve ter também uma maior transparência, não só na confecção como na aplicação dos recursos orçamentários. Como sugestão também na questão da fiscalização se poderia mudar o critério das auditorias, que não podem mais ser apenas contábeis e sim auditorias de gerenciamento da verba pública. Os Tribunais de Contas, que devem também ser democratizados, não podem se limitar apenas a fiscalizar as contas e sim como são aplicados os recursos, se atendem aos fins programados no Orçamento.

Enfim, o momento é ideal para essas discussões, mas não se pode, no entanto, sob pretexto dos atuais escândalos, jogar todo o Congresso Nacional na vala comum da imoralidade.

■ Dércio Knop é deputado federal pelo PDT/SC